

A importância
do ensino das
Ciências Humanas:
Sociologia, Filosofia,
História e Geografia

#DitaduraNuncaMais

CRISTIANO DAS NEVES BODART
RADAMÉS DE MESQUITA ROGÉRIO
Organizadores

A importância
do ensino das
Ciências Humanas:
Sociologia, Filosofia,
História e Geografia

1º edição

Maceió/AL
Editora Café com Sociologia
2020

Copyright © Editora Café com Sociologia LTDA, 2020.
1ª edição – 2020

Normatização e edição: Cristiano das Neves Bodart
Diagramação: Cristiano das Neves Bodart
Capa: Cristiano das Neves Bodart

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo-SP)

B666i **Bodart**, Cristiano das Neves (org.); **Rogério**, Radamés de Mesquita (org.).

A importância do ensino das Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia /
Organizadores: Cristiano das Neves e Radamés de Mesquita Rogério. - 1. ed. – Maceió, AL:
Editora Café com Sociologia. Brasil, 2020.
202 p.; quadros.

ISBN 978-65-87600-04-8

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Humanas. 3. Filosofia. 4. Geografia. 5. História. 6. Prática Docente.
7. Sociologia. I. Título. II. Assunto. III. Bodart, Cristiano das Neves IV. Rogério, Radamés de Mesquita.

CDD 371.3:300.7

CDU 37.013:168.522

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Didática - Métodos de ensino instrução e estudo– Pedagogia; Ciências Sociais – Estudo e ensino.
2. Pedagogia prática; Ciências Humanas.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

Referência Bibliográfica

BODART, Cristiano das Neves; **ROGÉRIO**, Radamés de Mesquita (org.). **A importância do ensino das Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia**. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

Editora Café com Sociologia
CNPJ: 32.792.172/0001-31
Rua Manoel Fernandes da Silva, n. 23,
Quadra E, Tabuleiro dos Martins
Maceió-Alagoas
CEP. 57081011

Todos os direitos reservados.
É proibida a reprodução deste livro para fins comerciais sem prévia autorização da Editora.

CONSELHO EDITORIAL

Presidente	Cristiano das Neves Bodart
Vice-presidente	Roniel Sampaio-Silva
Chefe Téc. Editorial	Cassiane da C. Ramos Marchiori
	César Alessandro Sagrillo Figueiredo
	Fernanda Feijó
	Thiago de Jesus Esteves
	Thiago Ingrassia Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Alberto Brunetta, doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Cleberon Vieira de Araújo, doutor em Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC). Professor da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e da Secretaria Municipal de Educação da Nazarezinho/PB.

Cristiano das Neves Bodart, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

Elicardo Heber de Almeida Batista, doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Fábio Peixoto, doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF SUDESTE MG), Campus Muriae.

Francisco de Assis Silva de Carvalho, doutor em Educação, Filosofia e Formação Humana na UNINOVE/SP. Professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

Radamés Rogério, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI);

Tatiana Polliana Pinto de Lima, doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)



**EDITORA
CAFÉ COM
SOCIOLOGIA**

OUTRAS OBRAS DA EDITORA CAFÉ COM SOCIOLOGIA

Diálogos sobre o ensino de Sociologia, v. 1, Cristiano das Neves Bodart, 2019.

O ensino de Humanidades nas escolas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia, Cristiano das Neves Bodart (Org.), 2019.

O Ensino de Sociologia no Brasil, v. 1, Cristiano das Neves Bodart e Wenderson Luan dos Santos Lima (Orgs.), 2019.

O Ensino de Sociologia no Brasil, v. 2, Cristiano das Neves Bodart e Roniel Sampaio-Silva (Orgs.), 2019.

Sociologia e Educação: debates necessários, v.1, Cristiano das Neves Bodart (Org.), 2019.

O ensino de Sociologia e os dez anos dos institutos federais (2008-2018), Roberta dos Reis Neuhold e Márcio R. O. Pozzer (Orgs.), 2019.

O ensino de Arte e os dez anos dos institutos federais (2008-2018), Estevão da Fontoura Haeser e Márcio R. O. Pozzer (Orgs.), 2019.

O ensino de Filosofia e os dez anos dos institutos federais (2008-2018), Sérgio G. S. Portella e Márcio R. O. Pozzer (Orgs.), 2019.

O contexto da educação profissional técnica na América Latina e os 10 anos dos institutos federais (2008-2018), Márcio R. O. Pozzer e Roberta dos Reis Neuhold (Orgs.), 2019.

O ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental, Andréa Giordanna Araujo da Silva (Org.), 2020.

Sociologia e Educação: debates necessários, v.2, Cristiano das Neves Bodart (Org.), 2020.

O ensino de Sociologia e de Filosofia escolar, Cristiano das Neves Bodart (Org.), 2020.

Dicionário do ensino de Sociologia, Antonio Alberto Brunetta, Cristiano das Neves Bodart e Marcelo Pinheiro Cigales (Orgs.), 2020.

John Locke e a formação moral da criança, Christian Lindberg Lopes do Nascimento, 2020.

Filosofia e Educação no tempo/espço que chamamos hoje, Junot Cornélio Matos e José Aparecido de Oliveira Lima (Orgs.), 2020.

SUMÁRIO

- 11 **Apresentação**
Cristiano das Neves Bodart e Radamés de Mesquita Rogério

PARTE 1

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

- 19 **CAPÍTULO 1**
A importância da Sociologia escolar: esclarecimentos necessários em tempo de obscurantismo
Cristiano das Neves Bodart e Fernanda Feijó
- 49 **CAPÍTULO 2**
A Sociologia no ensino superior: uma análise sobre seu olhar, “utilidade” e importância
Radamés de Mesquita Rogério

PARTE 2

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE FILOSOFIA

- 73 **CAPÍTULO 3**
A importância do ensino de Filosofia e o novo ensino médio
Christian Lindberg L. do Nascimento
Danilo Rodrigues Pimenta
- 91 **CAPÍTULO 4**
A importância da Filosofia e seu ensino na educação superior
Junot Cornélio Matos

PARTE 3

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

115 **CAPÍTULO 5**

A importância da disciplina de História no ensino médio:
a formação do indivíduo no tempo histórico da vida
contemporânea

Paulo Eduardo Dias de Mello

139 **CAPÍTULO 6**

A importância da História no ensino superior

Andréa Giordanna Araujo da Silva

PARTE 4

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

161 **CAPÍTULO 7**

A importância da Geografia na educação básica

Mariana Guedes Raggi

Maria Francineila Pinheiro dos Santos

177 **CAPÍTULO 8**

Aprender Geografia: uma discussão sobre o papel do
ensino de Geografia na perspectiva da educação superior

Vinício Luís Pierozan

Vanessa Manfio

199 **Sobre os autores**

201 **Índice remissivo**

CAPÍTULO 1

A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA
ESCOLAR:
esclarecimentos necessários em
tempo de obscurantismo

Cristiano das Neves Bodart
Fernanda Feijó

Introdução

Uma pergunta norteia este capítulo: qual a importância do ensino de Sociologia Escolar¹? O contexto político atual demanda esforços voltados ao esclarecimento de diversos pontos de sombras postos por “movimentos” anti-intelectuais. A importância da Sociologia Escolar é um desses pontos que precisam ser clarificados e é esse o objetivo do presente capítulo.

Antes de expor a importância do ensino de Sociologia, julgamos necessário apresentar por que a pergunta norteadora deste texto ainda persiste e por que sua resposta carece de maior publicização. Destacamos três motivos: a) a pouca tradição da disciplina no currículo escolar nacional; b) as disputas em torno do modelo de educação fortemente influenciado pelo neoliberalismo e; c) os “movimentos” anti-intelectuais que se ampliam no Brasil contemporâneo.

¹ Importa destacar que, embora a nomenclatura da disciplina seja “Sociologia”, o que temos no currículo do ensino médio é o ensino das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política). Neste trabalho manteremos a nomenclatura adotada no ensino médio brasileiro.

Quanto à pouca tradição da Sociologia enquanto disciplina curricular obrigatória, chamamos atenção para o fato de que ela adentrou ao currículo escolar como disciplina obrigatória do ensino médio brasileiro recentemente, em 2008. É verdade que essa não foi a primeira vez que teve esse *status* no currículo das escolas secundárias brasileiras, embora sua presença seja historicamente marcada por intermitências. Seu retorno aos currículos estaduais do ensino médio ocorreu de forma paulatina apenas a partir dos anos de 1980 (AZEVEDO, 2014). Essas intermitências e a sua recente reintrodução são as causas da pouca tradição enquanto componente curricular obrigatório, deixando-a vulnerável e, em alguma medida, pouco conhecida. Soma-se a isso o preconceito que a estereotipa como disciplina de “comunista”. Os debates em torno da inserção da disciplina, no final dos anos 2000, já perpassam pela preocupação com uma possível ideologização dos estudantes por meio da Sociologia (MORAES, 2014), tese que refutamos, mas que acabou por aprofundar o preconceito.

O modelo de educação fortemente influenciado pelo neoliberalismo parte da reformulação do enfoque economicista do “capital humano” cujo pressuposto é de que o conhecimento deva visar à ampliação da capacidade de trabalho (GENTILLI, 1996) e ao currículo composto por disciplinas úteis, como aplicações pragmáticas e colaborativas à formação de mão de obra e ao desenvolvimento econômico. A educação sob essa perspectiva é vista como um investimento e sua função social é enxergada como função econômica (GENTILLI, 1996). O fato é que a divulgação massiva dos ideais neoliberais fez com que a maior parte da sociedade brasileira esperasse que as disciplinas escolares tivessem utilidades imediatas, quando não econômicas. Apesar das críticas que são necessárias a esse modelo educacional – predominante no Brasil desde a década de 1990 –, é possível pensar como a Sociologia Escolar pode cola-

borar para uma perspectiva mais pragmática em termos de desenvolvimento econômico e social, pensando-a a partir de conhecimentos práticos que podem instrumentalizar os jovens estudantes a contribuírem com a construção efetiva de políticas públicas para o país.

Outro motivo que nos leva à persistência da necessidade de esclarecer a importância da Sociologia Escolar está na divulgação de um estereótipo que não condiz com a realidade. Em tempo de informações inverídicas, a Sociologia vem sendo acusada de ser um instrumento de ideologização usado pela esquerda, em associação ao comunismo, ao feminismo e a outras correntes políticas, assim como de defender criminosos e práticas ilegais. Essas associações decorrem, basicamente, de três situações: a) desconhecimento; b) dificuldade de as pessoas diferenciarem “explicação” de “justificação” e; c) incômodo por ver que a disciplina preza pela democracia social e política, o que é, para parte da elite, uma ameaça ao *status quo*. A dificuldade de as pessoas diferenciarem “explicação” de “justificação” é um problema. Explicar que um determinado indivíduo comete um crime por conta das suas condições sociais não é o mesmo que justificar sua conduta. O juízo de valor, nesses casos, é algo que pouco interessa à Sociologia. É certo que uma disciplina que desvela as relações de dominação, evidencia a exclusão social e política e destaca os verdadeiros motivos de sua existência, acaba incomodando uma parcela da sociedade; justamente aquela que tem meios para difundir de forma massiva informações falsas ou imprecisas. Assim, são dois os principais grupos que criticam a Sociologia e que a ela se opõem: o grupo dos ignorantes (desconhecedores) e o grupo dos que – conscientemente – a enxergam como ameaça aos seus privilégios. Curiosamente, os opositores conscientes não escondem que são contrários a diversas questões preconizadas pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), tais como a democracia, a igualdade, a liberdade

de aprender, a tolerância e o respeito. Antes, querem rever no “pe-lourinho” os negros, os índios e todos os que questionam as “moralizantes chibatadas” que vêm da “Casa Grande”. Como exercer uma gestão educacional democrática, preconizada pela LDB, sem democracia social e política? Tal questionamento evidencia que os opositores conscientes são contrários não só à presença da Sociologia nas escolas, como aos princípios expressos na Constituição Federal (1988).

Esse cenário de obscuridade marcado pelo desconhecimento e pela resistência às mudanças do *status quo* propiciam a propagação de inverdades e, conseqüentemente, ações concretas que visam retirar a Sociologia do currículo ou inviabilizar seu bom desenvolvimento em sala de aula – o que pode vir a ser feito, por exemplo, reduzindo sua carga-horária.

Pelos motivos que aqui iremos apresentar, defendemos que o ensino de Sociologia Escolar é de grande importância, seja para colaborar com a proposta educacional em voga, seja para aperfeiçoá-la. Quanto à carga-horária, afirmamos que a Sociologia deve estar presente nos três anos do ensino médio. Sua presença em uma ou duas séries do ensino médio seria a materialização de uma concepção de educação depositária – aquela que ignora a educação como processo. A aprendizagem dá-se diretamente imbricada ao desenvolvimento psicossocial dos alunos. É claro para nós que o ensino de Sociologia deve acompanhar as experimentações sociais dos estudantes, auxiliando em suas descobertas e o seu estar no mundo. Por isso, e por diversos outros motivos, ele deve estar presente em todo o ensino médio.

Fundamentados em nossas experiências como professores de Sociologia e na literatura especializada², e inspirados nas provocações de Florestan Fernandes (1976), buscamos lançar luz sobre a Sociologia Escolar. Colocando-a como um problema sociológico, nos importa avaliar sua importância a partir da realidade concreta, embora isso não invalide o fato de que a Sociologia tem potencialidades para transformar tal realidade; o que também demonstraremos. O fato é que a presença da Sociologia Escolar no projeto educacional vigente pode vir a ser um caminho para fomentar mudanças necessárias.

Buscando destacar a importância do ensino de Sociologia no atual contexto, partimos dos principais documentos norteadores dos objetivos educacionais estabelecidos nos últimos anos no país para destacar as contribuições e a importância da Sociologia. Os documentos considerados foram: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996); as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM) (BRASIL, 2018c) e; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018a; 2018b). Tal recorte justifica-se por serem os documentos que hoje norteiam o currículo escolar nacional. Não podemos olvidar que a Sociologia foi incluída no ensino médio devido ao reconhecimento de suas potencialidades e colaboração para que os objetivos traçados pela LDB sejam devidamente alcançados. Na época, os argumentos estavam, como bem demonstraram Azevedo e Nascimento (2015), embasados em aspectos relacionados ao projeto de educação que estava posto, em especial a formação de cidadãos críticos. Atualmente, após uma década de experiências e um significativo avanço nas pesquisas sobre o ensino de Sociologia (BODART, 2019), temos maior clareza do

² Buscamos também trazer relatos de experiências docentes a fim de evidenciar as potencialidades da Sociologia Escolar já experimentadas.

potencial dessa disciplina no conjunto de objetivos traçados para a educação brasileira.

1 Os objetivos traçados para a educação básica e as contribuições da Sociologia

No Brasil, a regulamentação em nível nacional da educação básica dá-se a partir da LDB (BRASIL, 1996) e as orientações curriculares se dão a partir das DCNEM (BRASIL, 2018c), da BNCC (2018a) e dos currículos estaduais. Partindo desse ponto, julgamos necessário destacar de quais formas o ensino de Sociologia corrobora para alcançar os objetivos educacionais traçados em alguns dos documentos oficiais que norteiam os projetos para a educação brasileira.

A LDB (BRASIL, 1996) preconiza que o ensino deve ser ministrado com base em alguns princípios, com os quais, como demonstraremos, a Sociologia Escolar dialoga e colabora para garanti-los. O artigo 3 da LDB (BRASIL, 1996) traz os seguintes princípios:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018).

Além dos princípios apontados no artigo 3, em seu artigo 35, ao tratar das diretrizes para o ensino médio, a LDB afirma que esse nível de ensino deve voltar-se à “[...] preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996). Mais ainda, deve possibilitar “[...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 1996).

Já as DCNEM (BRASIL, 2018c) identificam alguns princípios específicos e fundamentais para todas as modalidades desse nível de ensino, dentre os quais podemos destacar e relacionar com a presença da Sociologia na escola:

[...] respeito aos direitos humanos como direito universal; compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas; sustentabilidade ambiental; [...] articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho [...] (BRASIL, 2018c, p. 2).

Tais princípios não residem apenas no conhecimento das Ciências Sociais, porém a Sociologia Escolar possui ferramentas próprias que a privilegiam como uma possibilidade de formação voltada a eles. São estudos relativos à constituição e à importância dos direitos humanos, com diversas perspectivas teórico-metodológicas que desvelam os sistemas produtivos e suas características, bem como a perspectiva dialógica dentre diversos contextos que podem auxiliar o jovem estudante a compreender, de forma ampla, a realidade a qual está submetido.

Além disso, segundo as DCNEM, as propostas curriculares para o ensino médio precisam preconizar “[...] o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura” (BRASIL, 2018c, p. 5), movimento exaustivamente pesquisado dentro da área das Ciências Sociais e que pode estar presente de forma prioritária na sala de aula, por meio da Sociologia. A disciplina também possui importante papel dentro do cumprimento das Diretrizes, quando esta define que os estudantes precisam do conhecimento social e político do Brasil. De fato, o documento cita nominalmente que estudos e práticas de Sociologia (bem como de Filosofia) devem estar presentes nos currículos do ensino médio (BRASIL, 2018c). Ainda que tal expressão – estudos e práticas – não determine o ensino disciplinar das Ciências Sociais, podemos argumentar que: a) tendo em vista a proposta pedagógica prevista nas DCNEM, a Sociologia se faz necessária enquanto disciplina; b) ensinar Sociologia demanda a mobilização de epistemologias, métodos, conceitos e teorias próprias da Sociologia, não bastando abordar temas tradicionalmente presentes nas reflexões sociológicas e, para isso, é necessário ter formação na área para lecionar.

A proposta das DCNEM indica que o ensino deve considerar (BRASIL, 2018c, p. 14):

XIV- Reconhecimento e atendimento da diversidade e diferentes nuances da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira;

XV - promoção dos direitos humanos mediante a discussão de temas relativos a raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de preconceitos, discriminação e violência sob todas as formas;

XVI - análise e reflexão crítica da realidade brasileira, de sua organização social e produtiva na relação de complementaridade entre espaços urbanos e do campo;

XVII - estudo e desenvolvimento de atividades socioambientais, conduzindo a educação ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente [...]

Vale destacar que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 205, do capítulo III, aponta como atribuição da educação preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, tomada como necessária à transformação social. A LDB (1996) igualmente destaca esse papel da educação, de modo que formar cidadãos conscientes é um dos pilares do projeto educacional expresso nos principais documentos norteadores das políticas educacionais e da prática docente.

1.1 Formar cidadãos conscientes

A importância da Sociologia para a contribuição de uma formação para a cidadania esteve presente nos discursos parlamentares nos anos anteriores à sua inclusão obrigatória no ensino médio (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2015), sendo por duas vezes aprovada pelos parlamentares (2001 e 2008), fato que evidencia seu reconhecimento também entre parte da classe política. A Sociologia, ao abordar a sociedade contemporânea em suas múltiplas dimensões (social, econômica, política, cultural etc.), contribui para que o aluno compreenda melhor as relações sociais e as instituições, o que é essencial para sua inserção no mundo do trabalho, bem como dota os estudantes de maior consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Engeroff e Oliveira (2020), a despeito dos múltiplos sentidos que a cidadania possui, inclusive as formas com que aparece nos documentos oficiais nas últimas décadas, demonstram que a Sociologia Escolar sempre esteve atrelada a esses sentidos, se apresentando como uma das disciplinas colaborativas na formação de cidadãos, sobretudo quando aparece como fim último da educação.

A Sociologia pode potencializar o sentimento de valorização do bem comum e da coletividade, no sentido de combater o individualismo crescente presente na sociedade ocidental. Uma vez que as Ciências Sociais identificam esse fenômeno, também alertam para a necessidade de valorização do coletivo, inclusive como uma forma de valorização do agir político, tão desacreditado pelos inúmeros e crescentes casos de corrupção. Esse é um importante objetivo de uma educação que seja voltada à valorização da democracia – tal como já nos alertava Benevides (1996) –, algo fundamental para nossa sociedade que ainda está em processo de amadurecimento democrático.

Os conhecimentos sociológicos transmitidos aos alunos são fundamentais, sobretudo em um contexto marcado por propagação de informações falsas ou equivocadas. Já no ano de 1954, Florestan Fernandes (1976), no I Congresso Brasileiro de Sociologia, apontava sua importância, destacando que a Sociologia proporciona aos estudantes instrumentos de análise objetiva da realidade social, dotando-os de competências básicas que os capacitem a uma visão não estática nem dramática da vida social, e que promova uma vigilância intelectual baseada em um espírito crítico, o que é social e psicologicamente útil em uma sociedade de profundas transformações estruturais (FERNANDES, 1976).

Fernandes (1976) nos leva a pensar a questão da Sociologia na escola básica sob uma perspectiva sociológica e, ainda que aquele contexto fosse diferente do atual, podemos recorrer à metodologia de análise por ele usada, então, para compreendermos a necessidade e a relevância da presença da Sociologia na escola atualmente. O eminente sociólogo defendia o ensino das Ciências Sociais a partir da perspectiva de defesa da liberdade e da segurança dos indivíduos, de modo que a educação formal pudesse prepará-los para a escolha com fundamento na racionalidade. Fernandes (1976) esperava que,

desse modo, pudessem ser criadas personalidades mais aptas à participação consciente na vida social e política do país, tendo em vista que as cidades democráticas exigem capacidade de pronta escolha e de ajustamento rápido a situações instáveis, de forma que se faz necessário, para tanto, um conhecimento prévio para o exercício do espírito crítico com base no conhecimento histórico-sociológico do meio social onde o indivíduo está inserido.

Portanto, concordamos com Fernandes (1976) quando ele afirma que não se pode perder de vista que a Sociologia no ensino secundário se justifica por ser um fator consciente ou racional de progresso social, através da conscientização dos cidadãos:

Quanto à escola secundária brasileira, não é difícil perceber-se qual seria a contribuição das ciências sociais para a formação de atitudes cívicas e para a constituição de uma consciência política definida em torno da compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão (FERNANDES, 1976, p. 117).

O ensino de Sociologia, a partir de suas teorias e métodos, tende a contribuir para a superação de práticas de interpretação estática e limitada na descrição dos fatos que se apresentam diante dos olhos. Tal disciplina chama a atenção dos alunos para a importância de interpretar tais fatos e de compreender suas motivações e consequências à sua vida particular e à coletividade. A Sociologia, dessa forma, pode se tornar uma disciplina que oferece um conhecimento útil à vida dos jovens quando os motivam a refletir sobre o mundo em que vivem e sobre as questões que os cercam, possibilitando a eles viver mais conscientemente, ao dotá-los de uma capacidade analítica da vida social que faz com que se enxergue melhor para além do cotidiano e do senso comum (BAUMAN; MAY, 2010).

O conhecimento sociológico pode ser instrumento de emancipação social ao auxiliar o estudante a reconhecer seu lugar no mundo social e seus direitos, assim como despertá-lo para a sua

necessidade de fala, compreendendo as disputas pelas definições de “verdades”. Temas como movimentos sociais, cidadania, desigualdade social, Estado, políticas públicas tratadas à luz dos conhecimentos sociológicos são fundamentais para o desenvolvimento da valorização do bem comum e da coletividade, assim como importantes para a emancipação social e, conseqüentemente, do país.

A BNCC (BRASIL, 2018a) ressalta a necessidade de que sejam discutidas em sala de aula questões relacionadas ao bem comum, às lógicas de poder existentes nas sociedades e às teorias sobre o Estado, demonstrando que a Ciência Política também deve estar presente (por meio da disciplina Sociologia) no currículo escolar. Como destacou Feijó (2019; 2020), a Sociologia pode colaborar para a formação de uma cultura política democrática voltada à prática ativa da cidadania, aproximando os jovens da política institucional e levando-os à compreensão de que devem – e podem – buscar espaços de reivindicações e empoderamento.

Feijó (2020) narra uma experiência bem-sucedida nesse sentido, onde por meio de aulas de Sociologia, associadas a uma atividade de simulação do parlamento municipal, foi notado um maior interesse dos alunos pela participação política em espaços institucionalizados. Conhecimentos de Ciência Política, como demonstrado por Bodart e Lopes (2017), estão presentes nos currículos estaduais de Sociologia, o que amplia as possibilidades de que a disciplina contribua de forma direta para o desenvolvimento de uma cultura política. Contudo, vale ressaltar, o currículo prescrito nem sempre é o currículo real. Ainda assim, tais conhecimentos vêm chegando nas salas de aula. Os livros didáticos são recursos amplamente utilizados pelos professores, muitas vezes tornando-se um guia do professor (ou até mesmo o próprio

currículo), se aproximando mais do currículo real, testemunhando favoravelmente à presença de temáticas que fomentam a consciência política. Magalhães (2018), analisando os livros didáticos de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (2015), constatou que eles trazem, a contento, temas da Ciência Política que colaboram para o desenvolvimento de uma cultura política, tais como cidadania, democracia e Estado.

1.2 Contribuir para o desenvolvimento sustentável

Souza (2017) relatou uma experiência que evidencia as contribuições da Sociologia Escolar para um dos objetivos da educação destacados nas DCNEM, sendo ele o “[...] desenvolvimento de atividades socioambientais, conduzindo a educação ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente [...]” (BRASIL, 2018a, p. 14). É certo que tal experiência exemplifica muitas outras não relatadas em periódicos acadêmicos. Segundo Souza (2017), por meio do ensino de Sociologia foi possível desenvolver um projeto ambiental que trouxe aprendizagens significativas envolvendo as relações entre homem e natureza, como preconiza a BNCC, destacando a necessidade dessa relação numa perspectiva ontológica – fundamental para o campo das Ciências Sociais –, sugerindo reflexões das ações deliberadas do homem para transformá-la, produzindo-se, assim, como ser social.

Destacamos ainda que a Sociologia Escolar pode, juntamente com a Geografia, vir a colaborar para a compreensão dos impactos e conflitos socioambientais causados pela expansão urbana e por grandes projetos de infraestrutura, já que cada vez mais os conflitos ambientais vêm se enquadrando no domínio de análise sociológica, como destacam Fleury, Almeida e Premebida (2014). Já em 2002,

Ferreira e Ferreira (2002) atestavam que a Sociologia Ambiental vinha ocupando a agenda de cientistas sociais de todo o mundo, o que torna possível – e desejável – a realização de transposição didática dos conhecimentos produzidos. Os livros didáticos *Sociologia em movimento* (SILVA, et al., 2018) e *Sociologia* (ARAUJO, et al., 2018), aprovados pelo PNLD e distribuídos nas escolas públicas brasileiras, trazem capítulos de Sociologia Ambiental, tornando factível o que as DCNEM (2018c) preconizam em torno do meio ambiente.

1.3 Fomentar o apreço à tolerância e a consideração à diversidade étnico-racial

Encontramos na BNCC (BRASIL, 2018b), dentre as competências gerais da educação indicadas, uma que traz o seguinte texto:

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018b, p. 9).

No ensino de Sociologia é praxis abordar temas como cultura, etnias, raça, gênero, etnocentrismo, conflitos, cooperação, direitos humanos, identidade, preconceito e tolerância. Basta observar os livros didáticos, os currículos estaduais e os relatos de experiência docente publicados em periódicos científicos e apresentados em eventos acadêmicos para notar a presença desses temas. É na juventude que os sujeitos passam a ter maior contato com a diversidade étnico-racial e de gênero, sendo nessa fase da vida que a socialização secundária passa a ser mais intensa e constante, o que torna a disciplina de Sociologia tão importante nesse período, uma vez que compreender a pluralidade social e saber como se relacionar com esse “novo mundo” são fundamentais para sua plena inserção na sociedade, como preconiza a BNCC (2018b).

Face a esse apontamento da BNCC, destacamos que dentre as potencialidades do ensino de Sociologia está sua contribuição ao (auto)reconhecimento da identidade social dos alunos. Temáticas tratadas nas aulas de Sociologia, tais como gênero, etnias, classe social, juventude e grupos sociais auxiliam os alunos a se (auto)reconhecerem e a reconhecerem o outro – aspectos fundamentais para o desenvolvimento do apreço à tolerância e do respeito às diferenças e valorização da diversidade, o que é destacado nas DCNEM (BRASIL, 2018c) como parte dos princípios fundamentais de todos os níveis de ensino.

Como destacou França (2016), a Sociologia ampliou a possibilidade de implementação da Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2013) e a presença da História e cultura afro-brasileira – assim como a cultura indígena, preconizada na Lei nº 11.645/08 (BRASIL, 2008) – se vê tanto nas práticas docentes dos professores de Sociologia quanto nos livros didáticos dessa disciplina; aspecto que evidencia sua contribuição para o alcance dos objetivos propostos para a educação, envolvendo o apreço à tolerância e a consideração com a diversidade étnico-racial.

Passamani (2016) demonstrou, a partir de uma experiência docente, que o ensino de Sociologia é um importante espaço de possibilidade de desenvolvimento de atividades relacionadas às temáticas gênero, sexualidade e diversidade sexual, assuntos importantes para o conhecimento de si e o desenvolvimento da tolerância e o respeito ao outro.

Outra normativa que dialoga com os objetivos do ensino de Sociologia é a Resolução/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 (BRASIL, 2012), a qual traz como princípios a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação,

a transversalidade, vivência e globalidade e a sustentabilidade socio-ambiental. Guimarães (2010), analisando algumas experiências de ensino de Sociologia do Distrito Federal e da cidade de Uberlândia/MG, contou práticas bem-sucedidas que se voltaram aos termos e concepções expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), os quais relacionam-se diretamente com a Resolução/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, e com muitos dos princípios presentes em outras normativas em torno da educação básica brasileira.

Constatou Guimarães (2010, p. 122) que o ensino de Sociologia Escolar, ao voltar-se para a DUDH,

[...] propicia uma relação pedagógica concreta com a realidade, instigando a reflexão sobre situações sociais que exigem uma postura coerente com a condição humana. A discussão sociológica de cada uma das concepções aqui elencadas [humanização, dignidade, igualdade, respeito, liberdade e tolerância] estimula a reflexão sobre uma série de questões que não necessariamente estão expressas naquele documento, mas que são vivenciadas diariamente pelos estudantes.

Assim, o ensino de Sociologia não apenas contribui para alcançar os objetivos educacionais traçados para o Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, como também colabora para garantir que os direitos universais humanos sejam conhecidos, compreendidos e garantidos.

1.4 Fortalecer a vinculação entre educação escolar e as práticas sociais

A primeira competência geral da educação básica apontada pela BNCC (2018b) é assim apresentada:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para

entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018a, p. 9).

Lançamos foco a três aspectos presentes na referida competência: a importância de interpretação histórica da realidade social; o desenvolvimento da capacidade de atuar como agente produtor desta e; o conhecimento como promotor de condições de continuar conhecendo. Levar os alunos a compreender que os fenômenos sociais são históricos e que ele é parte da construção do mundo social é justamente o que propõe o ensino de Sociologia, aspecto presente nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) de Sociologia (BRASIL, 2006).

Promover condições de continuar conhecendo a realidade social é justamente o que vem sendo preconizado pelo ensino de Sociologia, sendo cada vez mais destacada a importância de aprender a pensar sociologicamente, nos termos de Bauman e May (2010), ou a ter imaginação sociológica, nas definições de Mills (1969), como algo mais importante do que conteúdos, como aventado, por exemplo, no curso “Promover a imaginação sociológica”, ofertado pelo Laboratório Virtual e Interativo de Ensino de Ciências Sociais (LAVIECS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela professora Heloisa Helena Pereira (PEREIRA, 2016), referência nas pesquisas sobre o ensino de Sociologia no Brasil.

Outro aspecto a se considerar é o diálogo que o ensino de Sociologia pode proporcionar com os aspectos da vida cotidiana dos alunos, já que os objetos de estudos e pesquisa da Sociologia são tomados justamente da vida ordinária (BAUMAN; MAY, 2010), dando maior sentido ao conhecimento adquirido. Observando, por

exemplo, as publicações de relatos de experiências docentes na *Revista Café com Sociologia*³ (2012 a 2019), vamos constatar diálogos profícuos entre Sociologia e músicas, Sociologia e filmes, Sociologia e redes sociais, Sociologia e tecnologias, Sociologia e imagens, Sociologia e teatro, Sociologia e arte, Sociologia e fotografia etc. Essas experiências revelam a potencialidade de a disciplina ser significativa para os alunos, o que maximiza a aprendizagem. O ensino de Sociologia está diretamente ligado às práticas sociais dos alunos e ao mundo do trabalho, isso porque a matéria-prima do fazer sociológico é justamente a realidade social.

Uma categoria fundamental para as Ciências Sociais citadas pela BNCC é o “trabalho”, pois: “A vida em sociedade pressupõe ações individuais e coletivas que são mediadas pela política e pelo trabalho” (BRASIL, 2018b, p. 567). Nesse sentido, a Base destaca a importância de tal conceito, caro à Sociologia, como orientador da organização social onde estão inseridos os indivíduos. Inclusive, ao falar sobre esse conceito, mais especificamente, cita os três clássicos da Sociologia (Marx, Weber e Durkheim) e suas diferentes concepções conceituais.

A reflexão sociológica em sala de aula leva os alunos a atentarem para o fato, aparentemente óbvio, de que não estamos sozinhos na sociedade e, por mais habilidosos que sejamos individualmente, o que somos e o que conseguimos na persecução de nossos interesses depende do que são e fazem também as outras pessoas. Levar os alunos a compreender como suas biografias se relacionam com as demais biografias é um dos objetivos da Sociologia, assim como

³ Periódico acadêmico de acesso aberto que, além das seções tradicionais, publica relatos de experiências docentes em Ciências Sociais (em todos os níveis de ensino), tendo sido a primeira revista a abrir espaço para esse tipo de relato. Disponível em: <<https://revistacafecomsociologia.com>>.

levá-los a compreender de quais modos as estruturas sociais influenciam suas vidas cotidianas. Ao contrário do que se divulga, a Sociologia é uma disciplina cujos conhecimentos transmitidos têm aplicações imediatas. Os alunos podem vir a sair da aula aplicando os conhecimentos adquiridos em suas práticas de sociabilidades diárias, assim como compreendendo um pouco mais o mundo que os cerca e seu lugar nele.

Por meio do ensino de Sociologia é possível contribuir para a compreensão de como as políticas públicas, as pesquisas de opinião, os censos demográficos, os *surveys* amostrais, o planejamento urbano e as pesquisas de impactos ambientais são pensadas e executadas, bem como esclarecer suas importâncias para a sociedade e introduzir minimamente práticas e ferramentas metodológicas relacionadas a essas questões.

Se observarmos os PCN+ (BRASIL, 2002) encontraremos a indicação de que cabe ao ensino médio promover competências que venham a possibilitar que os estudantes acompanhem as mudanças contemporâneas das formas de produção e as relações de trabalho contemporâneas (BRASIL, 2002), questão amplamente debatida nas aulas de Sociologia e presente nos livros didáticos dessa disciplina aprovados pelo PNL D (2018). Ainda que não seja exclusividade da Sociologia, esta tem muito a colaborar para o desenvolvimento da capacidade de compreensão do mundo de trabalho no qual está inserido (ou irá inserir-se) o aluno. Moraes e Horta (2019), ao experienciar a prática docente de Sociologia abordando o tema “trabalho”, concluíram que essa disciplina foi capaz de contribuir para que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) fossem capazes de realizar críticas fundamentadas das condições e relações de trabalho que os envolvem, “[...] explicitando-as como problemas sociais que ultrapassam situações pontuais vivenciadas por alguns indivíduos,

demonstrando compreensão sociológica de fenômenos como o desemprego, a desigualdade social, a desvalorização do trabalho braçal, o consumismo, e a evasão escolar” (MORAES; HORTA, 2019, p. 92). Destacaram, ainda, que o ensino de Sociologia, na experiência vivenciada, demonstrou ser colaborativo para que os alunos ampliassem suas compreensões em torno de:

[...] seu fazer cotidiano enquanto relação social historicamente situada, vinculada a interesses e desigualdades, mas também constituinte de seu ser enquanto homens e mulheres, isto é, simultaneamente objeto de enfrentamentos e resistências, e atividade vital, definidora da essência ontológico-histórica do ser humano (MORAES; HORTA, 2019, p. 191-192).

1.5 Ampliar o acesso ao ensino superior

Não podemos nos esquecer que a LDB (BRASIL, 1996) destaca que um dos objetivos do ensino médio é ser uma etapa preparatória para o ensino superior. Atualmente, o acesso ao ensino superior passa pela avaliação da capacidade dos estudantes em compreender os diversos fenômenos sociais, o que envolve problemas e avanços das sociedades contemporâneas. Diversos pesquisadores do ensino de Sociologia evidenciam o papel dos conhecimentos sociológicos para um bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sobretudo na produção de redações (ROGÉRIO; OLIVEIRA, 2019), na interpretação de textos e nos próprios conteúdos cobrados no exame (FRAGA; MATIOLLI, 2015; MAGALHÃES, 2018). Dito isso, a Sociologia é um componente curricular que, juntamente com os demais, colabora para que o objetivo preconizado pela LDB, sobre o acesso ao ensino superior, seja alcançado.

No caso do Enem – atualmente a principal forma de ingresso no ensino superior –, busca-se avaliar as redações considerando as

seguintes competências dos examinados⁴: a) domínio da escrita formal da língua portuguesa; b) compreender o tema e não fugir do que é proposto; c) selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; d) conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; e) respeito aos direitos humanos. Tais competências avaliadas no Enem vão ao encontro dos objetivos proposto para o ensino de Sociologia, como já era destacado em 1999 nos PCNs. Segundo esse documento, a Sociologia “[...] tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social” (BRASIL, 1999, p. 37).

Nesse sentido, o contato com a Sociologia Escolar pode potencializar as competências necessárias para um bom desempenho na redação do Enem, além de contribuir para uma melhor *performance* nas 45 questões da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Vale destacar, como inferido nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, que “[...] a Sociologia pode ocupar um papel importante de interlocução com as outras disciplinas ou com o próprio currículos como um todo” (BRASIL, 2006, p. 111), contribuindo para atingir os objetivos educacionais traçados a partir da LDB (1996).

A presença da Sociologia no ensino médio dá-se também pelo seu papel de despertar o interesse dos futuros universitários para as Ciências Sociais, seja no sentido de tornarem-se cientistas sociais, seja para que se atentem sobre a importância dessa grande área para as demais presentes no ensino superior e na sua futura profissão. São

⁴ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/418-enem-946573306/81381-conheca-as-cinco-competencias-cobradas-na-redacao-do-enem>>. Acesso em: fev. 2019.

imensuráveis as contribuições da Sociologia para a solução de diversos problemas sociais, demográficos, econômicos, culturais etc.

1.6 Potencializar o pluralismo de ideias e ampliar o padrão de qualidade da educação

Na BNCC, na sexta competência geral para a educação básica, é trazida a importância de “[...] valorizar a diversidade de saberes” (BRASIL, 2018b, p. 9), aspecto que dialoga diretamente com a proposta trazida pela LDB (BRASIL, 1996) quanto à pluralidade de ideias para a maior qualificação da educação. Nesse sentido, apontamos mais um motivo pelo qual a Sociologia deve figurar o currículo do ensino médio: sua colaboração na execução de uma pedagogia capaz de superar uma educação tecnicista, voltada exclusivamente para a formação de técnicos reprodutores de tarefas. O ensino médio deve buscar desenvolver múltiplas potencialidades do ser humano, portanto, ter um currículo não resumido à Língua Portuguesa e à Matemática. Priorizar apenas essas duas disciplinas interessa apenas aos políticos – e suas exposições de dados estatísticos com fins eleitoreiros – e aos ávidos por subordinados não críticos. Não que essas disciplinas não sejam importantes, contudo a educação precisa envolver as múltiplas dimensões do desenvolvimento intelectual dos estudantes. Além do mais, há um auxílio mútuo entre as disciplinas. Por exemplo, como ignorar a importância da Sociologia para a interpretação e produção de textos? Qual o sentido em saber calcular juros sem compreender seus impactos sobre a sociedade? Kulesa (2017) ressaltou o papel da Sociologia no contexto geral de desenvolvimento da leitura e da escrita de estudantes do ensino médio, atestando que o professor de Sociologia pode colaborar para o domínio da língua, ampliação do vocabulário e conhe-

cimento dos diferentes tipos de linguagens. Tais contribuições ampliam o padrão de qualidade do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Como destacou Feijó (2019), “[...] a Sociologia pode oferecer um conhecimento especializado que nenhuma outra ciência pode trazer”, apresentando aos alunos conhecimentos das três áreas das Ciências Sociais, o que a torna indispensável para o pluralismo de ideias preconizado pela LDB (BRASIL, 1996).

2 Especificidades da Sociologia e sua impossível substituição

Não poderíamos deixar de destacar que as Ciências Sociais possuem a peculiaridade de se questionar o tempo todo, repensando seus princípios explicativos e teorias, de forma a produzir novas interpretações da vida social. A singularidade dessas Ciências advém do fato de elas terem por objeto o estudo da realidade social em movimento, de forma a se defrontarem constantemente com desafios teóricos e metodológicos na medida em que a sociedade se transforma, tornando-se um objeto mais complexo.

Embora outras disciplinas das Ciências Humanas tratem de fenômenos sociais, a Sociologia tem especificidades que a tornam insubstituível no ensino médio. Os conhecimentos sociológicos a serem ensinados são resultantes de rigorosos conceitos, teorias, perspectivas e métodos próprios, capazes de desvelar facetas do social que não são preocupações centrais de outras áreas, tais como a Geografia e a História. A Sociologia volta-se, *grosso modo*, para uma análise que visa à compreensão das relações entre indivíduos, sociedade e meio ambiente, assim como às relações entre os indivíduos, desvelando as coerções, os conflitos, as acomodações, as ressignificações, os discursos, os interesses, os sistemas de dominação etc. É justamente por ter conceitos, teorias, epistemologias e métodos pró-

prios que a Sociologia não pode ser “dissolvida” no interior de outras disciplinas em forma de “estudos” e “práticas”, como indicado na Lei nº 13.415/2017, que reforma o ensino médio brasileiro. O professor não empregando teorias, conceitos, métodos e perspectivas próprias da Sociologia estaria a ensinar qualquer outro saber, mas não o sociológico nem lecionando Sociologia. É possível (e desejável) o diálogo entre a Sociologia e as demais Ciências. Contudo, seu ensino não é passível de ser dissolvido no interior das demais disciplinas. Ao ser “diluído” deixará de ser Sociologia.

A presença da Sociologia no ensino médio importa aos que desejam uma formação de cidadãos capazes de “ler” o mundo à sua volta, de se valorizarem e se reconhecerem, de respeitar os diferentes, ter apreço pelas causas coletivas e comuns, capazes de atuar sobre seu espaço social e contribuir para o futuro do país a partir de seu lugar. Outras potencialidades da Sociologia poderiam aqui ser apresentadas, tais como sua colaboração para a Educação Profissional e Tecnológica, como demonstrou Oliveira (2013). Ainda que possamos indicar “usos utilitários” da Sociologia Escolar, esta é capaz de fomentar reflexões críticas do modelo e projeto de educação que se consolida no Brasil. Assim, chamamos a atenção para o fato de que, para além de destacar a sua importância a partir da realidade concreta, inferimos que o ensino de Sociologia tem potencialidade para colaborar na transformação de tal realidade de dentro do modelo educacional adotado. A Sociologia Escolar que julgamos importante dialoga com muitos dos objetivos presentes na Constituição Federal de 1988, na LDB e nas Diretrizes Curriculares em vigor, mas não pode ser compreendida como subserviente ao projeto educacional estabelecido ou aos projetos educacionais futuros que possam vir a se consolidar no Brasil, não servindo aos propósitos de qualquer governo, sobretudo antidemocráticos e fascistas; nestes, o

ensino de Sociologia, como hoje está posto, certamente não terá lugar e será ainda mais perseguido.

Considerações finais

A importância da Sociologia Escolar é demonstrada neste capítulo face ao que preconizam as principais leis e orientações para a educação brasileira. Nossas experiências como professores de Sociologia, as práticas docentes relatadas em periódicos acadêmicos e as pesquisas de especialistas não nos deixam dúvidas quanto à sua importância e colaboração aos objetivos traçados após a Constituição Federal de 1988 para a educação.

Grandes questões trazidas pela LDB (BRASIL, 1996) perpassam a formação do indivíduo que se pretende formar no ensino médio: a) estar preparado para o mundo do trabalho; b) dar continuidade aos seus estudos e; c) exercer a cidadania. Juntamente com esses aspectos, as demais normativas e orientações curriculares “desenharam” um projeto educacional para o Brasil, ao qual, como demonstrado ao longo do capítulo, a Sociologia é colaborativa.

Como o leitor pode notar, as potencialidades da Sociologia – que comungam com o projeto educacional – são múltiplas, as quais envolvem o desenvolvimento da cidadania e da cultura política democrática, de práticas de sustentabilidades, do apreço à tolerância, à diversidade étnico-racial e de gênero, além de dotar de sentido as práticas cotidianas, desvelando as redes de interdependência existentes entre sujeitos, fenômenos e estruturas sociais e fornecendo subsídios para o acesso ao ensino superior.

Ficou evidenciado que na busca de uma educação plural, a Sociologia se apresenta como colaborativa, ampliando a leitura de mundo dos estudantes. Ao mesmo tempo que soma esforços nessa direção, apresenta especificidades que são insubstituíveis. Nesse sentido, a manutenção da Sociologia no ensino médio –

e sua ampliação ao ensino fundamental – é uma ação em direção ao horizonte que se busca alcançar na educação básica.

É certo que não esgotamos todos os aspectos relativos à importância da Sociologia Escolar, embora aqueles que aqui foram expostos nos parecem suficientes para que sua manutenção e ampliação no contexto escolar sejam consideradas. Pesquisas futuras que venham a mensurar seu impacto na formação cidadã certamente estarão a destacar outros aspectos que reafirmam as evidências trazidas pelas experiências docentes e de pesquisas dessa última década. É certo que importa, em tempo de densas trevas, esclarecer por que a Sociologia Escolar é importante para a consolidação de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Referências

AZEVEDO, Gustavo Cravo de. *Sociologia no ensino médio: uma trajetória político-institucional (1982-2008)*. 2014. 222f. Dissertação (mestrado em Ciência Política) –Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

AZEVEDO, Gustavo Cravo; NASCIMENTO, Tais Barbosa V. do. O discurso de apoio à Sociologia no Ensino Médio nos anos 30/40 e nos anos 90/00: apontamentos sobre os dois períodos. *Revista Café com Sociologia*, Maceió, v. 4, n.3, dez. 2015.

BAUMAN, Zigmunt.; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 38, p.223-237. 1996.

BODART, Cristiano das Neves; Sociologia escolar como objeto de pesquisa: condicionante ao avanço qualitativo da docência. In: BODART, Cristiano das Neves (Org.). *O ensino de Humanidades nas escolas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia*. Maceió: Editora café com Sociologia, 2019. pp. 11-32.

_____; LOPES, Gleison Maia. A Ciência Política nas Propostas Curriculares Estaduais de Sociologia para o Ensino Médio. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2017. pp. 131-152

DUDH. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, ONU, 1948

ENGERROFF, Ana Martina Baron; OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de Sociologia no Brasil e os sentidos da cidadania nos documentos oficiais norteadores da prática docente. In: BODART, Cristiano das Neves. *O ensino de Sociologia e de Filosofia escolar*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. pp.15-42.

FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais no Ensino Médio: pensando a Sociologia para uma formação democrática. In: BODART, Cristiano das Neves; LIMA, Wander son Luan dos Santos (Org.). *O ensino de Sociologia no Brasil*, vol.1. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. pp. 85-112.

_____. Quando o parlamento jovem torna-se parte da aula de Sociologia do Ensino Médio que visa a Educação Política. In: BODART, Cristiano das Neves (Org.). *O ensino de Sociologia e de Filosofia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. pp. 43-80.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: contribuições para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1976.

FERREIRA, Leila da Costa; FERREIRA, Lúcia da Costa. Águas revoltas: um balanço provisório da Sociologia Ambiental no Brasil. *BIB*, São Paulo, n° 54, 2° semestre, pp. 83-100, 2002.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 34-82, abr. 2014.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. Os impactos da presença da sociologia nos sistemas de ingresso ao ensino superior: o que dizem os professores. *Em Tese*, Florianópolis, v. 12, n. 2, ago./dez. 2015.

FRANÇA, Ana Carolina Araújo de França. O ensino de Sociologia: limites e possibilidades para a efetivação da temática étnico-racial no livro didático. *Inter-Legere*, Natal, v. 1, n. 19, 2016. p. 150-172.

GENTILI, Pablo. O que há de novo nas formas de exclusão na educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, jan./jun. 1996, v.20, n1. p. 191-202.

GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Humanização, dignidade, igualdade, liberdade, respeito e tolerância: direitos humanos como conteúdo de sociologia no ensino médio. *Mediações*, Londrina v.15, n.1, p.108-124, 2010.

KULESSA, Erika. *Linguagem sociológica e práticas de escrita: uma pesquisa exploratória em aulas de Sociologia no Ensino Médio*. Dissertação. 167f. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2017.

MAGALHÃES, Alexander. A Ciência Política na Escola Básica: uma breve reflexão acerca de seus conteúdos e habilidades no Ensino Médio. In: BODART, Cristiano das Neves. *Sociologia escolar: ensino, discussões e experiências*. Porto Alegre: Cirkula, 2018. pp. 39-62.

MILLS, Wright C. *A imaginação sociológica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MORAES, A. Ciência e Ideologia na Prática dos Professores de Sociologia no Ensino Médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso? *Educação & Realidade*, Porto Alegre, jan./mar. 2014, v. 39, n. 1. p. 17-38.

MORAES, Lúvia Bocalon Pires de; HORTA, Patricia. O importante para o trabalhador é saber do seu valor: escritas de si como instrumentos de ressignificação da subjetividade do eu-trabalhador. In: BODART, Cristiano das Neves; SAMPAIO-SILVA, Roniel. *O ensino de Sociologia no Brasil*, vol. 2. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. pp. 179-198.

OLIVEIRA, Amurabi. Em que a Sociologia pode contribuir para a Educação Profissional e Tecnológica? *Holos*, Natal, 2013, ano 29, v. 5, p. 166-174.

_____. Diálogos com Amurabi Oliveira. In: BODART, Cristiano das Neves. *Diálogos sobre o ensino de Sociologia*. v.1. Série Ensino de Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019, pp.19-34.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da Sociologia e a extensão universitária. *Contemporânea*, Salvador, 2016, v.6, n. 1, jan./jul. p. 119-132.

PEREIRA, Heloisa Helena. O ensino de Sociologia na UFRGS. Entrevista realizada por Marcelo Cigales. *Revista Café com Sociologia*, Maceió, v.5, n.1, p.169-185, jan./abr. 2016.

ROGÉRIO, Radamés de Mesquita; OLIVEIRA, Luan Machado de. O conhecimento sociológico como subsídio à escrita das redações do ENEM. In: BODART, Cristiano das Neves. *O ensino de Humanidades nas escolas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019, pp. 33-48.

SILVA, Afrânio; Et al. *Sociologia em movimento*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2018.

SOUZA, Everton Aparecido Moreira de. Sociologia e Educação Ambiental na sala de aula. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 124-133, Jul./dez., 2017.

Documentos oficiais

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1996.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio – Ciências Humanas e Suas Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1999.

_____. *Lei Federal n.10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 09. Jan. 2003.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+)*. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2002.

_____. *OCEM-Ciências Humanas e suas tecnologias*. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio ; volume 3).

_____. *Lei Federal 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 10. Mar. 2008.

_____. *Resolução/CNE n. 1, de 30 de maio de 2012*. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2012.

_____. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018b.

_____. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018a.

_____. *Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018c.